Câmara fecha cerco contra o desvio da verba de IPC

25 MAI 1989 Congresso

A Câmara examinará esta semana três processos contra o deputado Gustavo de Faria (PMDB-RJ), acusado de desviar verbas do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) durante sua administração: A Comissão de Ética examinará o pedido de expulsão do partido, já aprovado pela executiva do PMDB, por iniciativa do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). A Comissão de Justiça examinará o pedido de cassação do mandato do parlamentar, para o qual a deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP) pediu a instauração; e uma Comissão Especial de Inquérito (CEI), com o apoio de 400 assinaturas, quando precisava de ape-

nas 186. E a Corregedoria da Câmara iniciará o inquérito criminal, solicitado pelo deputado Fernando Gasparian.

O clima na Câmara é de aflição, em busca de maior rapidez no processo: "As bases nos cobram uma solução, e enquanto não a temos, a lama respinga em todos nós" afirma o deputado Fernando Gasparian, para quem o ex-presidente do IPC deveria repor o dinheiro desviado do instituto, mesmo à custa de seus próprios bens: "Para algum lugar foi esse dinheiro", afirma. A deputada Tutu Quadros reclama da morosidade do processo, o que a deixa "envergonhada publicamente". Tutu vai presidir a Comissão Espe-

cial de Inquérito e, se dependesse dela, Gustavo de Faria já teria seu mandato suspenso, antes da cassação. Tutu afirma não abrigar qualquer dúvida em relação à culpabilidade do parlamentar nas questões de que é acusado: "Nem eu nem inguém. Pelos documentos que vi até agora, ele não tem saída".

O deputado Ruy Nedel (PMDB-RS), também favorável à expulsão de Gustavo de Faria do partido, Odiseu ontem que a bancada do Rio Grande do Sul fez restrições ao nome de Faria para ocupar a presidência do IPC, por ter tomado conhecimento de que ele havia sido cassado por corrupção.